

A ESCOLA E O RACISMO: UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DO ENSINO DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL BRASILEIRA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP

Fabiano Ferreira Martins¹

Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP
Presidente Prudente – SP
E-mail: fabiano.femartins@yahoo.com.br

Jéssica Ribeiro do Carmo Santos²

Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP
Presidente Prudente – SP
E-mail: jessica.ribeiro@hotmail.com

João Vitor Pavoni³

Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP
Presidente Prudente – SP
E-mail: jvpavoni2@hotmail.com

Mariana Stuani do Nascimento⁴

Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP
Presidente Prudente – SP
E-mail: mariana_stuani@hotmail.com

Silas Eduardo Teodoro⁵

Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP, Presidente Prudente – SP
E-mail: silas_eduardo07@hotmail.com

Resumo

O presente artigo é resultado de um trabalho apresentado a uma disciplina do curso de graduação em Geografia (licenciatura) da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT Unesp), no campus de Presidente Prudente - SP. O objetivo geral foi o de identificar como a questão racial tem sido trabalhada em escolas públicas de Presidente Prudente, em diálogo com as políticas educacionais nacionais e estaduais. Para isso, verificou-se junto à equipe pedagógica (direção ou coordenação) e aos professores da área de humanas (sobretudo história e geografia) de uma escola estadual do município, como as questões étnico-raciais estão sendo trabalhadas no cotidiano escolar, analisando também o material didático utilizado com o intuito de identificar se (e como) tais questões compõem nos conteúdos trazidos. Foi possível concluir, através das entrevistas, que há uma divergência de posições por parte dos segmentos escolares, evidenciando formações distintas, e que dentro da formação profissional, o tratamento deste assunto deixa a desejar. Quanto aos livros didáticos, percebeu-se que os conteúdos relativos à questão étnico-racial chegam a estar presentes, mas muitos dos textos presentes no material analisado são demasiadamente superficiais.

Palavras-chave: Questão étnico-racial; Escola pública; Ciências humanas; Livros didáticos.

SCHOOL AND RACISM: AN ANALYSIS OF THE CONDITIONS OF EDUCATION OF THE BRAZILIAN ETHNIC-RACIAL QUESTION IN THE PUBLIC SCHOOLS OF THE MUNICIPALITY OF PRESIDENTE PRUDENTE – SP

Abstract

The present article is the result of a paper presented to a subject of the undergraduate course in Geography (teacher training) of the Faculty of Sciences and Technology of the Universidade Estadual Paulista (FCT Unesp), in the campus of Presidente Prudente – SP. The general objective was to identify how the racial issue has been worked out in public schools of Presidente Prudente in dialogue with national and state educational policies. To this end, we checked out, with the pedagogical team (direction or coordination) and the teachers of the humanities (mainly History and Geography) of a state school in the municipality, how the ethnic-racial issues are being worked out in the daily school routine, analyzing also the didactic material used in order to identify if (and how) such questions appear in the content brought. It was possible to conclude, through the interviews, that there is a divergence of positions by the part of the schools segments, evidencing distinct formations, and that within the professional formation, the treatment of this subject leaves to be desired. As for the textbooks, it was noticed that the contents related to the ethnic-racial question come to be present, but many of the texts present in the analyzed material are too superficial.

Key words: Ethnic-racial issues; Public school; Humanities; Textbooks.

Introdução

O presente trabalho consiste em um relatório apresentado à disciplina de Projeto de Integração Disciplinar II (PID II), que foi oferecida no 1º (primeiro) semestre do 4º (quarto) ano do curso de graduação em Geografia (licenciatura) da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT Unesp), no Campus de Presidente Prudente - SP. A disciplina foi ministrada pelo docente Nécio Turra Neto, Professor Doutor do Departamento de Geografia da referida instituição.

O objetivo geral deste trabalho foi o de responder à seguinte pergunta: “Como a questão racial tem sido trabalhada em escolas públicas de Presidente Prudente em diálogo com as políticas educacionais nacionais e estaduais?”. Tal temática foi escolhida pela turma (entre outras propostas), após um processo deliberativo (debates e votação) para ser o objeto de estudo central da disciplina, uma vez que sabemos ser imprescindível para a formação de professores, sobretudo, de Geografia.

A partir dessa escolha, foram definidos grupos de trabalho com objetivos específicos. No caso do nosso grupo (Grupo 04) nos foi incumbida a tarefa de verificar, junto à equipe pedagógica (direção ou coordenação) e aos professores da área de humanas (sobretudo História e Geografia) de uma escola estadual de Presidente Prudente, como as questões étnico-raciais estão sendo trabalhadas no cotidiano escolar. Além disso, tivemos a

tarefa de avaliar o material didático utilizado com o intuito de identificar se (e como) tais questões comparecem nos conteúdos trazidos.

O racismo na sociedade brasileira: um problema resolvido?

Na sociedade em que vivemos e, observando o contexto social presente na realidade, as diferenças raciais expressam diretamente uma desigualdade de oportunidades. Os mais de 300 anos de escravização no Brasil forneceram o tempo de maturação necessário para a criação de teorias racistas que até os dias atuais colocam os negros/negras como indivíduos inferiores em relação a uma suposta superioridade branca. Mesmo com o fim do regime escravista se mantém presente uma hierarquia sobre as culturas que rotulam/julgam as pessoas por conta das suas características físicas (formato do nariz, textura do cabelo e, sobretudo, a cor da pele) e suas formas e expressões culturais próprias. A figura da pessoa negra está atrelada a um lugar de inferioridade, com características que vão de “menor inteligência e capacidade” ao “mais violento e tribal”.

Ao pensar o mito da democracia racial, que prega a igualdade de todos perante a lei, vemos que ele acaba por desempenhar uma postura meritocrática e de responsabilidade individual do ser de conseguir algo ou não, desconsiderando as grandes desigualdades socioeconômicas que cercam (e encarceram) a população negra (SANTOS, 2001).

Além disso, há uma dificuldade entre a maioria da população brasileira quanto à identificação racial. Gomes (2001) acredita que tal dificuldade é fruto de uma construção histórica de negação, desprezo e de medo do diferente. Esse apelo à homogeneização ainda é muito forte no Brasil, apesar da apologia da miscigenação racial. Ainda que a mídia e a própria escola utilizem a miscigenação como um forte argumento no seu discurso sobre as relações raciais, a ideia de um país racial e culturalmente miscigenado ainda é, para as elites brasileiras e para uma grande parcela da população, motivo de medo ou desprezo. Por mais sedutores que os discursos sobre a miscigenação e a democracia racial possam parecer, é preciso tomar cuidado com esses raciocínios, pois ambos tendem a encobrir a relação entre desigualdades sociais e raciais ao longo da formação da sociedade brasileira.

Com isso, a mesma autora ainda afirma que “[...] ser negro no Brasil possui uma complexidade maior e não se restringe a um dado biológico. É uma postura política. É declarar explicitamente o vínculo com uma cultura ancestral, com a origem africana recriada e ressignificada em nosso país. No Brasil, ser negro é tornar-se negro” (GOMES, 2001, p. 89).

O conhecimento dessas questões pode nos ajudar a superar o medo e o desprezo das diferenças raciais ainda presentes na sociedade, de modo geral, e na escola, especificamente. Entender essa complexidade é uma tarefa também dos profissionais da educação, os quais podem fazer a diferença na medida em que lidam constantemente com a diversidade étnica, sobretudo nas escolas públicas. No entanto, isso não isenta as escolas particulares de debaterem sobre um tema tão importante, muito pelo contrário. Torna-se extremamente necessário desconstruir ações preconceituosas e de cunho racista em todos os ambientes, a fim de tentar garantir que, mesmo em ambientes predominantemente frequentados por pessoas brancas, não sejam feitas nem toleradas piadas pejorativas e/ou difamatórias que, muitas vezes, disfarçadas em tom de brincadeiras, possam passar “despercebidas” ou impunes.

Educação e racismo: a escola como um espaço de desconstrução de preconceitos?

A educação pode ser compreendida como um processo de transmissão da cultura de uma determinada sociedade entre as gerações que se sucedem. Esse processo ocorre em todos os espaços sociais (na comunidade, na igreja, nos espaços comerciais, no ambiente familiar, na escola etc.). No entanto o ambiente escolar acaba se tornando um dos principais espaços onde esse processo de transmissão cultural se concretiza, pois ele é, normalmente, o primeiro espaço social em que o indivíduo terá acesso às normas e costumes da sociedade depois do ambiente familiar. Dessa forma, a escola tanto pode ser um ambiente reforçador de valores deturpados e preconceituosos, como também pode e deve ser um ambiente onde tais valores são desconstruídos e combatidos. É o que salienta Gomes (2003, p. 172) ao afirmar que “o olhar lançado sobre o negro e sua cultura, na escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las”.

As manifestações de racismo no ambiente escolar podem ocorrer de diversas maneiras, podendo aparecer de forma velada ou explícita. Tais manifestações podem ir desde a escolha do professor, o tratamento dado aos pais/mães e aos alunos/as negros/as, nas enunciações e ainda na maneira como o segmento negro é tratado e retratado nos cartazes e campanhas de combate ao racismo, nos livros didáticos, nas festas e eventos culturais e comemorativos e, principalmente, no “silêncio ensurdecido” que comumente se faz presente nas salas de aula quando se trata de estudar a questão racial na escola, por exemplo.

Com isso, percebemos que uma das grandes dificuldades em se combater o racismo em qualquer ambiente social, mas, especificamente aqui falando da escola, é que a discriminação racial se dá de forma estrutural em nossa sociedade. Ou seja, as instituições de ensino básico (e também superior, infelizmente) concebem, muitas vezes, certos privilégios de forma naturalizada, estigmatizando seus estudantes e até mesmo “decretando” quais são as possibilidades profissionais de alunos/as de forma preconceituosa. Podemos citar como exemplo, uma experiência vivenciada pelos próprios autores deste trabalho em uma escola pública durante um estágio de docência, quando um coordenador/a pedagógico/a e/ou professor/a advertiu um aluno/a visto como “indisciplinado/a” dizendo que ele/ela só poderia se tornar gari, cortador de cana, empregada doméstica ou ainda qualquer outra profissão desvalorizada socialmente. Observou-se nesta ocasião que tal atitude acabou sendo direcionada a estudantes negros/negras, deixando claro como a sociedade vê estes indivíduos e o que ela espera e reserva a eles/elas. Sabemos que esses trabalhos são exercidos massivamente pela população negra e que certamente não há demérito algum por parte daqueles que a exercem, diferentemente das pessoas que ameaçam e tentam de forma maldosa impor que o futuro de uma criança estará selado para ocupar profissões de quase invisibilidade social, duvidando da sua capacidade de ascensão social.

Faz-se necessário abordar a diversidade étnica nas escolas para conscientizar sobre as discrepâncias históricas e sociais como meio de evitar o racismo, mas também para combater práticas cotidianas e reprimi-las. Saber identificar o que é o racismo, ensinar que tal prática é crime e promover conscientização, é necessário para que não seja (re)produzido o preconceito racial.

O grande papel da escola deveria ser o de garantir e promover o conhecimento de si mesmo, no encontro do diferente, fazendo com que a visão do racismo, neste caso, seja um problema de todos, não apenas do discriminado. É dever da escola promover discussões e debates para pensar novas formas de relações entre os estudantes e que isso possa ter impactos na sua vida escolar e na sociedade (SANTOS, 2001).

Ainda que a escola sozinha não seja capaz de reverter anos de desqualificação da população negra e supervalorização da população branca, a longo prazo ela pode desempenhar um importante papel na construção de uma nova cultura, de novas relações que vão além do respeito às diferenças. Possibilitando que todas as vozes possam ecoar no espaço escolar, chegar-se-á consciência de que é na diversidade que se constrói algo novo (SANTOS, 2001, p.102).

Formação de professores: estaremos preparados?

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UINESP, Presidente Prudente, n. 01 v. 07, p.160-177, Dez. Ano 2018.

ISSN: 1984-1647

A formação de professores constitui uma etapa importante e indispensável para que haja mudança, seja no ponto de vista epistemológico ou nas práticas pedagógicas de forma geral. Os educadores demonstram a necessidade de receberem uma melhor formação e assessoria acerca da temática da diversidade racial nos currículos e para as suas práticas em sala de aula. O que se coloca enquanto desafio para esses professores é como trabalhar a construção de uma teoria e, sobretudo, de uma prática pedagógica que valorize as diferenças culturais e raciais. É necessário um processo de reflexão dos profissionais da educação para a elaboração e organização de estratégias de combate ao racismo no ambiente escolar (SANTOS, 2001).

As universidades raramente possuem docentes/pesquisadores especializados que poderiam lecionar sobre temas étnico-raciais com profundidade e competência necessárias. Além disso, é um erro acreditar que apenas as ciências humanas como história, sociologia, antropologia, filosofia e geografia devem abordar essa temática.

A partir das novas estruturações curriculares, mudanças políticas recentes e o histórico descaso com os cursos de licenciatura, torna-se cada vez mais evidente que o ensino brasileiro tecnicista e mercadológico não prioriza investimentos nem melhorias na formação de professores, tornando assim o cenário cada vez mais preocupante no que diz respeito ao trato com a diversidade e cultura na formação profissional e pedagógica.

Com base no que foi supracitado, percebe-se que o caminho fundamental para transformação desse quadro de má formação pedagógica de nossos docentes consiste na inserção nos cursos de formação de professores (iniciais e em serviço) de disciplinas que discutam a relação de cultura e educação numa perspectiva antropológica para que seja possível entender que cultura vai além de um conceito acadêmico, sendo algo relacionado à forma como o ser humano concebe o mundo em sua diversidade de perspectivas (como na analogia das “lentes” que modificam a visão de quem as usam).

Currículos e material didático: ferramentas para uma educação da diversidade?

As pesquisas sobre o racismo em livros didáticos resultam em uma produção relativamente frágil, teórica e metodologicamente, fragmentada e inconstante, uma vez que

ainda são poucos os autores que se mantêm trabalhando sobre o tema por um período relativamente longo (GOMES, 2012).

Rosenberg et al (2003) salientam que os estudos sobre o racismo, normalmente, focalizam os livros didáticos elaborados para o ensino fundamental, sendo muito raros ou ainda praticamente inexistentes os estudos que elegem livros utilizados na educação infantil, educação de jovens e adultos e até mesmo materiais usados no ensino superior. Os autores afirmam ainda que a temática das questões étnico-raciais é encontrada, principalmente, nos livros didáticos de história, estando praticamente ausente nos materiais de outras disciplinas.

Além disso, muitos trabalhos que se debruçam sobre esta temática demonstram a existência de algumas lacunas encontradas no que tange à produção teórica relacionada a este assunto. Tais lacunas se manifestam, sobretudo, na ausência de diálogo com o campo de estudos das relações raciais no Brasil, com a pouca preocupação ao tratamento dado à História da África (disciplina que vem sendo reivindicada pelo Movimento Negro para integrar os currículos escolares e que, mesmo após quase uma década e meia da instituição de sua obrigatoriedade nos currículos oficiais, ainda tem sido pouco implantada na prática) e a pouca atenção dada ao vocábulo racial “nativo” nos livros didáticos (ROSENBERG, et al. 2003). Segundo estes mesmos autores:

Aprende-se, nessas primeiras pesquisas, uma concepção latente de que o racismo (via preconceito) se expressaria em proposições de hostilidade racial ou proposições que defendessem a inferioridade natural dos negros, à maneira das teorias racistas do século XIX. Daí a expressão que passou a circular, “preconceito ou racismo explícito ou implícito”. Além do preconceito, as pesquisas da época privilegiam o conceito de “estereótipo”, que vinha sendo popularizado pela entrada da psicologia social no Brasil (ROSENBERG, et al, 2003, p. 133).

Já quanto aos currículos escolares oficiais Gomes (2012, p. 102) também ressalta que “descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar [...]” e a necessidade “[...] de formar professores e professoras reflexivos sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos”.

A partir destas reflexões é possível enxergar que os currículos e materiais didáticos em sua maioria são elaborados a partir do “olhar do colonizador”. Ou seja, trata-se de uma história contada segundo a narrativa daqueles que lideraram o processo de exploração colonial travestido de “missão civilizatória” e que nega as matrizes culturais dos povos que foram vítimas desta brutal exploração. Com isso, salta aos olhos a extrema necessidade de mudanças na forma de apresentar conteúdos aos educandos, de modo a evitar que apenas

“um lado” da história seja contado, priorizando “conquistas europeias” e os poderes hegemônicos que produzem e movimentam o capital nos dias atuais.

Há, portanto, a necessidade de uma construção alternativa da história do mundo, em que seja responsável, por uma função pedagógica pública, educar com conteúdos que mostrem “outras verdades”. Este movimento proporcionaria uma emancipação descolonizadora, baseada em uma história que se opõe à visão europeia dominante que é transmitida. Segundo Gomes (2012), esse novo olhar para a realidade causará instabilidade tanto por parte dos alunos quanto por parte dos professores, podendo ocasionar indignação e um possível movimento emancipatório, baseado em uma postura de inconformidade perante o que está ao nosso redor.

Tal processo de mudança, que encontra uma saída através da reestruturação dos currículos escolares, também coloca em questão a posição dos educadores e a autonomia do docente dentro da sala de aula, sobretudo, em como seria possível uma transformação estrutural para a inserção desses temas em uma conjuntura histórico-social-política que dificulta o trabalho do professor, em vários aspectos. Destarte, torna-se imperativo considerar a Educação como um campo de atuação que possibilita a articulação entre a teoria e a prática. Neste caso, uma forma de trabalhar questões voltadas a esta temática seria a de associar o que ocorre nas relações sociais dos alunos, suas experiências e aprendizados fora da sala de aula, com os conteúdos propostos em currículos que devem ser remodelados.

Ainda segundo Gomes (2012), dentro da LDB, alterada pela Lei nº 10.639/2003, se encontra um acúmulo de mudanças, pautadas nas lutas dos movimentos das minorias e das culturas consideradas negadas e silenciadas, que conseguiram inserir assuntos e conteúdos a níveis transversais que dão algum suporte para tratar de temas que, se forem trabalhados a fundo, pode haver espaço para a chamada descolonização dos currículos escolares.

Porém, não basta somente tratar de assuntos étnico-raciais de forma transversal, faz-se necessária uma articulação com as mais variadas interações interculturais que permeiam as relações sociais, além da sala de aula. Promover diálogos interculturais entre os sujeitos sociais de diferentes etnias irá desencadear divergências entre as falas, conflitos e situações que devem ser exploradas como uma forma de realização de práticas emancipatórias e quebra de paradigmas nos mais variados espaços sociais (escolares e não escolares).

Há a necessidade de uma construção alternativa da história do mundo, que seja responsável por uma função pedagógica pública: a de educar com conteúdos que mostrem diversas concepções da realidade, bem como promover ações que quebrem o silêncio ao tratar de temas étnico-raciais, sobretudo no que tange a temática da discriminação racial. A escolha de não debater este importante aspecto de nossa sociedade evidencia uma abstenção proposital e também certo despreparo para lidar com um assunto que, na prática, deveria ser tratado de forma mais abrangente. Com base na reestruturação dos currículos, como também por meio de uma formação mais adequada de professores e ainda com a promoção de debates interculturais que permeiam os mais variados espaços sociais é que se pode pensar em uma educação transformadora e promotora de uma sociedade mais igualitária e menos preconceituosa.

Desenvolvimento

Procedimentos Metodológicos

Para atingir os objetivos propostos para esta atividade o grupo definiu, juntamente com o auxílio do professor, que os procedimentos metodológicos mais adequados seriam a realização de entrevistas e a análise documental, uma vez que as fontes de nossas informações seriam os profissionais que trabalham na escola onde o estudo foi desenvolvido e os livros didáticos utilizados pela instituição. Além disso, visando o melhor uso possível dessas ferramentas, o grupo fez um breve levantamento bibliográfico sobre elas.

Dessa forma, poderíamos destacar que as entrevistas se mostram procedimentos metodológicos importantes, pois consistem em uma das principais técnicas para obtenção de informações qualitativas. Segundo Colognese e Mélo (1998, p. 143) “a entrevista pode ser definida como um processo de interação social, no qual o entrevistador tem por objetivo a obtenção de informações por parte do entrevistado”. Dessa forma, o diálogo com o entrevistado tem um interesse com a finalidade de acordo com os objetivos da pesquisa. Com a entrevista busca-se alcançar um conhecimento de acordo com um dado objeto. Ainda segundo estes autores “entrevista-se porque acredita-se que o entrevistado detém informações que, transmitidas ao entrevistador, podem ajudar a elucidar questões” (COLOGNESE; MÉLO, 1998, p. 143).

Para a efetivação desta atividade escolheu-se o uso de entrevistas semi-estruturadas que são aquelas que combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a

possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. Nesse tipo de entrevista o pesquisador segue questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal (BONI; QUARESMA. 2005). Foram realizadas 03 (três) entrevistas, sendo uma com o coordenador pedagógico da instituição e outras duas junto a professores do ensino fundamental e ensino médio (uma professora de história e um professor de geografia, neste caso).

Já para as análises dos livros didáticos, adotou-se a metodologia da análise documental. Segundo Silva et al (2009) essa metodologia consiste em uma observação indireta da realidade social (efetuada pelo documento que, nesse caso, é o único meio de análise) com o intuito de enxergar os documentos com os olhos de quem os produziu para validar suas análises, o que requer muito cuidado e sensibilidade. A pesquisa documental como metodologia está para além de simples técnica de coleta de dados (que é uma parte do processo que dialoga com a teoria), pois além dessa dimensão há também outras três que seriam: a epistemológica (cientificidade do trabalho), a teórica (conceitos orientadores do trabalho) e a morfológica (sistematização do trabalho).

Ao todo foram selecionados 06 (seis) livros didáticos distribuídos pelo Governo Federal através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), sendo três livros de geografia (um volume para cada ano do ensino médio) e três livros de história (também divididos entre os três anos do ensino médio).

Para auxiliar o processo de análise dos livros didáticos optamos por utilizar um conjunto de tabelas que possibilitaram a sistematização das informações coletadas, contendo informações como: tema dos capítulos dos livros (com a paginação), resumo dos capítulos, expressões usadas (que se referem à temática e podem conduzir a uma interpretação dos valores e ideologias dos autores dos livros) e uma seção de imagens (para a indicação de imagens presentes nos livros que estivessem relacionadas ao tema de estudo).

Resultados: Análise das Entrevistas

A partir do roteiro de entrevista elaborado, uma das questões apresentadas aos entrevistados referia-se em relatar a presença ou ausência de conteúdos acerca da temática étnico-racial em sua formação inicial e/ou continuada.

Em análise às respostas pode-se perceber que, exceto o coordenador pedagógico, ambos os professores (geografia e história) em sua formação inicial tiveram de alguma forma

contato com disciplinas em que a questão racial esteve presente. Porém, vale ressaltar que um dos entrevistados relata que apesar do contato com a temática, ele não se apresentou como uma abordagem voltada para o ensino de forma a preparar para o trabalho pedagógico e sim como um conteúdo geral dentro da temática cultura.

“Nós tivemos, mas não com uma abordagem no ensino. Nós tivemos "cultura", mas na abordagem perante o ensino, muito pouco. Nós tivemos muito problema com relação a quem ministrava essa disciplina. Ela existe na grade curricular, porém na hora de ser aplicada, ela não o era como deveria ser” (Professora de história).

Acerca da formação continuada os entrevistados relataram não haver por parte da Secretaria de Educação oferta de cursos referentes à temática étnico-racial. Houve uma ressalva (do professor de geografia) sobre o discurso oficial do Estado de São Paulo sobre as políticas de formação continuada.

“A política do Estado de São Paulo, oficialmente, ela diz que ela trabalha com uma política de formação continuada, e oferece on-line vários cursos. Eu não encaro isso como formação continuada [...]. A Diretoria de Ensino também, e às vezes, raramente, uma vez no ano, existem algumas OTs – que a gente chama de Orientação Técnica, e nessas orientações técnicas, as vezes aparece algumas temáticas das Ciências Humanas, mas nunca, pelo menos os oito anos que eu estou na rede (pública), alguma orientação neste aspecto, sobre a questão afro, esta temática não” (Professor de geografia).

Com isso, nota-se que para o Estado de São Paulo (segundo relatos dos entrevistados) a oferta de cursos online é compreendida como suficiente para a formação continuada de docentes. Porém, um dos professores entrevistados não acredita que esta seja uma forma eficiente para o processo de formação continuada.

No item “como a escola trabalha a temática étnico-racial” os professores entrevistados explanaram que há um momento específico para a temática ser trabalhada, no dia Consciência Negra. Mas acreditam que a temática étnica racial e seus conteúdos não devem ser trabalhados apenas no dia 20 (vinte) de novembro. Com isso, entende-se que concentrar todas as ações apenas neste dia (ou semana) pode encaixotar a temática e fazer com que ela apareça apenas como um evento obrigatório inserido na agenda escolar.

“É assim, trabalhar a questão étnico-racial, eu acho que não deve ser só no dia 20 de novembro, deve ser um trabalho constante. O que a gente faz, nós, das ciências humanas, trabalhamos muito em conjunto (filosofia, sociologia, história), então em todo momento, em nosso conteúdo, tentamos trazer uma temática relacionada a isso [...]” (Professora de história).

“[...] A gente tem essa preocupação, não como deveria ser feito, mas em algumas temáticas surge sim. É, na consciência negra, ou às vezes de forma

interdisciplinar algum autor, alguma questão... É trabalhado, não como deveria ser, mas é trabalhado” (Professor de geografia).

No que diz respeito a temática étnico-racial nas reuniões de ATPC (aula de trabalho pedagógico coletivo) os entrevistados relataram as seguintes informações:

“Sim... Quando a gente tem alguma data para comemorar, alguma situação para colocar o tema, a gente trabalha. Às vezes acontece” (Professor de geografia).

“Muito pouco. É igual estou te falando, quando se fala em questões étnico-raciais, as pessoas falam muito em 20 de novembro, né? Então assim, a gente tem uma semana cultural, mas nas ATPC's, por elas não serem temáticas, elas serem gerais, falta isso daí. Porque se eu for trabalhar um tema desses, teria que trabalhar mais com as ciências humanas, e no ATPC, a reunião não é temática... A gente está propondo que as reuniões sejam temáticas, e dividir por área, aí nesse caso seria mais fácil para poder tratar esses assuntos” (Professora de história).

“Não, esse assunto não. Só se surgir algum problema” (Coordenador).

Ou seja, nota-se que a questão étnico-racial somente aparece como temática central nas ATPC's em datas específicas como no dia da Consciência Negra ou como relata o coordenador quando há algum “problema”.

Quando questionados sobre o conhecimento da Lei 10.639/2003 o coordenador foi o único entrevistado que mencionou não ter conhecimento da mesma. Os professores relataram:

“Sim. Estudei a lei no curso de letras e sou formada em Letras, e a estudei no curso de História. Porém, eu acho que essa lei, quando ela apareceu, a gente achava que ia ter uma disciplina específica para ela. Não aconteceu. Simplesmente em Literatura, trabalha lá: Castro Alves, mas é uma “pincelada” no conteúdo. Em História você trabalha com os navios negreiros, e é uma “pincelada também”. Aí você vai voltar lá no oitavo ano, quando se falar naquelas imagens que existem (algum conteúdo específico ou atividade), mas a Lei mesmo só existe no papel, e para colocar em prática, não existe! Os livros didáticos estão somente agora sendo modificados, por que até então era um textinho de apoio, e que hoje eu digo também, que não é tão aprofundado. Precisava ser muito mais” (Professora de história).

“Então assim, a todo instante, tento bater na tecla. Mas o problema, é que quando você fica muito na sala de aula, você não é capacitado, você fica muito na “mesmice” da sala de aula. Tem muitos termos, que eles vêm aparecendo, assim, ao longo do tempo, e se eu não tiver uma capacitação ou formação para isso, eu não vou dar conta. Porque hoje eu ainda consigo trabalhar e avançar um pouco mais: meu marido é doutorando nessa área. Então a gente assiste filmes, a gente procura outros meios, mas eu vejo que eu já estou começando a ficar ultrapassada” (Professora de história).

“Eu tento trabalhar, sempre quando a gente trabalha alguma coisa na Geografia, onde é possível colocar essa questão, ela é colocada. Quando a gente trabalha desigualdade social, quando a gente trabalha urbanização, mercado de trabalho, ou até mesmo quando a gente trabalha a África em si, enfim, a gente tenta, eu sempre busco, sempre tento buscar autores que debatem a temática, sempre coloco o Milton Santos, sempre destaco, ainda mais dentro da Geografia” (Professor de geografia).

Quando questionados sobre casos de racismo (explícito e ou implícito) na comunidade escolar, pudemos notar um desencontro de informações com relação as repostas do coordenador pedagógico e dos professores. O coordenador pedagógico relatou:

“Eu acho que para caracterizar o racismo, é a cor, branco ou preto. Ou algum gesto que seja, passar a mão na pele... Então, o que eu entendo por racismo é isso, mas **na nossa escola nós não temos esse problema**, ainda bem” (Coordenador – grifo nosso).

Já os professores relataram uma versão oposta à que foi apresenta pelo coordenador pedagógico:

“Sim, constantemente. E a gente interrompe o conteúdo, às vezes [...]. São apelidos né. "Negrinho"... A gente costuma dizer que ninguém nasce racista, que alguém em casa fala isso e eles vêm trazendo para a escola, e quando chega ao oitavo ou nono ano, isso "aflora" [...]. Eu acho que assim, que infelizmente, o maior desafio, não é só trabalhar com adolescentes, até com professor (é um desafio), no quesito de mudar a visão. Existem professores que infelizmente tratam o aluno com racismo [...]" (Professora de história).

“Já aconteceu aqui na escola, de um determinado professor, o menino estar de camiseta preta e ele falar assim "Você está pelado hoje? [...] daí ele disse "Ah, mas foi uma piada", e eu disse "Piada? Que piada é essa?", então, você enxerga a situação, de onde vem? Aí o aluno vê aquilo, vai copiando, vai reproduzindo, e vai indo e vai indo.... Aí chega à direção "Ah, mas tal professor faz! Porque que eu não posso fazer?". A direção constantemente chama o professor e fala que não pode ocorrer esse tipo de situação, conversa e orienta, mas infelizmente talvez determinadas coisas não chegam na direção”. (Professora de história).

“Ahh! Ou neguinho!” Sabem assim? Apelidos, que carregam essa tradição racista. “Ou cabelo duro! Ou pelé! ”. São assim, a gente acaba observando que são questões racistas. E várias outras... A marginalidade social, você consegue observar de forma muito clara, muito, muito clara” (Professor de geografia).

Diante desses relatos podemos perceber que há sim casos de racismo explícito, inclusive durante as aulas. Muitas vezes os casos podem não chegar ao coordenador ou equipe pedagógica, ou podem ser tratados como algo corriqueiro. É importante notar que os professores são diretamente responsáveis por não reproduzirem e coibirem atos racistas.

Um dos professores relatou que ações junto aos pais dos alunos são difíceis de serem tomadas, devido a banalização da questão pelos mesmos.

“Olha, por incrível que pareça, quando você chama uma família para falar sobre um assunto desses eles falam, "Mas foi só por causa disso?", então já vem da própria família. São tabus que está difícil de quebrar” (Professora de história).

Outra questão que foi abordada nas entrevistas foi: quais as orientações para lidar com casos de racismo e como essas orientações são aplicadas. Quanto a isso percebemos uma certa confusão no entendimento do que é racismo. Por parte do coordenador, é possível perceber pela afirmação abaixo.

“Se houver, porque as vezes pode não ter desse racismo, mas pode ter de outro né. As vezes uma menina evangélica que está com o cabelão lá embaixo e o pessoal fica mexendo. E aí nós procuramos tomar uma atitude em conjunto” (Coordenador).

Porém, tratando das orientações o coordenador afirma não ter conhecimento sobre isso, mas se houver algum caso é levado ao conhecimento de todos para um “acordo” e busca conscientização.

“Estou na coordenação esse ano, e aqui eu não tenho esse conhecimento não. Nós agimos assim, se acontecer um fato, nós levamos para o conhecimento geral do conselho e abordamos e caso, chamamos a família dos envolvidos, reúne todos e entra em um acordo ou conscientiza, mas isso é mais de conscientização mesmo” (Coordenador).

Uma questão importante abordada foi: em termos práticos o que os entrevistados consideram como atos racistas? Tivemos respostas variadas. Os professores afirmaram que é falta de respeito, ser subjugado, inferiorizado, foi interessante a fala do professor de geografia que enxerga o racismo como algo estrutural que abrange as mídias, os atores sociais nas mais variadas esferas.

“Bom, a gente têm vários exemplos, de atos práticos racistas... Na nossa cultura, o fato de a gente enxergar o negro como alguém inferior, os discursos são muito racistas, a mídia é racista, o cinema é racista, a nossa sociedade é racista. Eu enxergo o racismo como algo estrutural, extremamente interligado com o sistema econômico, o sistema do capital fez isso, propositadamente, então eu vejo de várias maneiras, de forma direta e também de muita forma indireta” (Professor de geografia).

O coordenador afirma que para ele atos racistas consiste em, chamar uma pessoa pela cor, preto, branco, branquelo, negão, e que conforme os indivíduos vão envelhecendo isso vai sendo “amenizado”, e que pode ser que exista mais entre os mais novos apenas. É uma opinião um pouco diferente dos professores.

“Eu não sei né, por causa da minha cor, eu sou meio né, com um pezinho na senzala. Então eu não tenho muito esse negócio. Mas eu acho assim, que existe muito entre as crianças, os mais novos. Os mais velhos, com a convivência vai amenizando tudo. Pode ser que exista entre os mais novos. Eu acho que no caso de considerar um ato racista, eu acho que é o termo de se chamar pela cor, preto, branco, branquelo, negão... acho que é por aí.” (Coordenador).

Resultados: Análise do Material Didático

Partindo para a análise dos livros didáticos utilizados pela escola, adotamos como procedimento o preenchimento de algumas tabelas para auxiliar na identificação das informações necessárias. O que segue abaixo consiste na conclusão que o grupo chegou a cerca da qualidade desse material.

Primeiramente, pudemos perceber que, de modo geral, os conteúdos relativos à questão étnico-racial chegam a estar presentes nos livros didáticos utilizados.

No entanto, percebemos que muitos dos textos presentes no material analisado são demasiadamente superficiais. Há um excesso de síntese que compromete a criticidade dos textos e dificulta o trabalho do professor, muitas vezes.

Além disso, em alguns casos notamos que os assuntos trabalhados abrem espaço para que a questão étnico-racial seja trazida ao debate, o que acaba não ocorrendo. São assuntos diretamente ligados à estrutura racial do Brasil, mas que abandonam a oportunidade de mencionar a temática de forma explícita.

Por fim, devemos destacar que as análises do material didático revelaram uma correspondência quanto ao que foi dito pelos professores sobre a qualidade dos mesmos. Foi afirmado que, ao longo dos últimos anos, é possível notar uma melhora tanto quantitativa quanto qualitativa nos conteúdos relativos à temática étnico-racial, porém eles ainda se apresentam de forma pouco aprofundada, o que, por sua vez, obriga o professor a buscar meios alternativos para trabalhar em sala de aula.

Destaca-se ainda que esta conclusão vai ao encontro da conclusão do grupo 3, que estudou uma escola de ensino fundamental. Este grupo chegou à conclusão de que a temática está chegando à escola pelos livros didáticos, que devem estar adequados a legislação em vigor e atendem a política do PNLD. No entanto, não parece que é uma questão consciente e intencionalmente trabalhada na escola, ficando a critério do professor em, tendo no livro, abordar o tema. Dessa forma, a abordagem do tema se dá segundo o ponto de vista do

professor, sem que haja uma orientação mais geral, e mesmo sem haver uma obrigatoriedade, o quanto deste conteúdo pode ser apenas "pulado" pelos professores.

Conclusões

Este Projeto de Integração Disciplinar nos possibilitou um grande aprendizado, no sentido de olhar para uma questão social, que permeia nosso cotidiano, mas que muitas vezes é ignorada. Trazer a questão étnico-racial para o meio acadêmico nos permitiu traçar uma problemática de pesquisa e expor aquilo que está implícito (em muitos casos) e transformar esta abordagem em algo explícito, através da metodologia utilizada em leituras de textos sobre essa temática e procedimentos de pesquisa qualitativa, como também o trabalho de campo, junto às entrevistas coletadas.

Foi possível perceber, através das entrevistas, que há uma divergência de posições por parte dos segmentos escolares, evidenciando formações distintas, sobre cursos distintos. O discurso propagado pela gestão da escola não condiz com o que é relatado pelos professores que vivenciam tais experiências em sala de aula. De modo geral, a coordenação parece negligenciar a ocorrência de casos de racismo no ambiente escolar ou ainda minimizar sua gravidade ao trata-los genericamente como casos de bullying. Já para os professores, a frequência de tais casos é muito maior do que aquilo que foi relatado pela coordenação da escola. Constantemente, presenciam atos racistas em sala de aula que acontecem de forma explícita e implícita. No entanto, há pouco respaldo por parte da direção para que algo seja feito a respeito e, dessa forma, a questão parece não ser levada adiante pelos próprios professores que acabam "resolvendo" com broncas e chamando a atenção dos alunos durante a própria aula na sequência do ocorrido, sem que ele seja comunicado à coordenação e direção, de modo que isso, por sua vez, acaba contribuindo com a percepção destes últimos de que não há racismo na escola.

Porém uma questão em comum: o preconceito também está presente naqueles que representam a escola. Não somente os alunos manifestam posições preconceituosas e discriminatórias, mas também os próprios professores, coordenadores e diretores. Essa discriminação pode ocorrer de uma forma expressa na própria fala, ou até mesmo na ausência (no silêncio) de tratamento de um assunto que por lei, é obrigatório.

Dessa forma, pudemos perceber que o preconceito se dissemina na sociedade de forma estrutural e, dentro da formação profissional, o tratamento deste assunto deixa a

desejar, sendo este fato evidenciado pelos textos lidos, pelas entrevistas e pela nossa própria posição como estudantes de geografia: tomamos contato com este tema de suma importância por escolha nossa, dentro de uma disciplina que poderia ter escolhido qualquer outro tema, sendo que nossa formação não o apresenta em nenhuma grade.

O olhar para essas questões em nosso curso de graduação, além de nos preparar para a realidade de uma sala de aula, seja no sistema público ou privado, nos prepara para a realidade da vida, pois tomamos mais contato com uma temática que passa despercebida, e tratar desses assuntos, de cunho étnico-racial de forma aberta, se constitui no primeiro passo para a idealizada emancipação.

Infelizmente é inevitável o sentimento de frustração diante desse cenário, pois sabemos que o trabalho poderia ser muito mais efetivo se houvesse, em conjunto junto à aplicação da lei, uma política de preparação da escola para incorporação de uma educação antirracista e mesmo afrocentrada, que passasse pela formação inicial e continuada de professores e profissionais da educação.

Contudo, percebemos que, mesmo dentro de um cenário em que tal temática é “oculta” (contida em temas transversais), alguns professores procuram formação e informação para lidar com tal tipo de assunto, que muitas vezes gera polêmica, e conseguem quebrar o silêncio, trazendo uma discussão tão basilar, que é o respeito e consideração ao próximo, na medida em que exposta a estrutura social, o racismo e o preconceito em nossa sociedade. Isso porque, pelo que temos visto, trabalhar a temática na escola, para além do dia da consciência negra, depende de professores dispostos à isto: seja acionando o conteúdo que chega pelo livro didático, seja intervindo educativamente diante de manifestações de racismo.

Referências Bibliográficas

BONI, V; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2 n. 1, p. 68-80, 2005.

COLOGNESE, S. A; MÉLO, J. L. B. A. A técnica da entrevista na pesquisa social. **Caderno de Sociologia**. Porto Alegre, v. 9, p. 143-159, 1998.

GOMES, N. L. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, E. (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001. p.83-95.

_____. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 01 v. 07, p.160-177, Dez. Ano 2018.

ISSN: 1984-1647

_____. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

ROSENBERG, F; BAZILI, C; SILVA; P. V. B. Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p.125-146, 2003.

SANTOS, I. A. A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos. In: CAVALLEIRO, Eliane (org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 97-112.

SILVA, L. R. C; et al. Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9 – ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 3, 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2009. p. 4554-4566.